



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/MA

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27043961/2023-NTI/SR/PF/MA

Processo Administrativo 08086.000142/2022-08

Modelo de Termo de Referência – Serviços – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta / Dispensa Eletrônica  
Atualização: Junho/2022  
[Link URL AGU](#)

Processo nº 08086.000142/2022-08

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).**

1.1. Contratação de Serviço de instalação de infraestrutura e passagem de cabeamento UTP para CFTV na Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA(DPF/CXA/MA) - com fornecimento de mão de obra para execução

```
(prestação não-contínua), materiais, insumos e componentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
```

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de instalação de infraestrutura e passagem de cabeamento UTP para CFTV na Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA - <i>com fornecimento de mão de obra para execução<pre>(prestação não-contínua), materiais, insumos e componentes</pre></i>	22225	SERVIÇO	01	R\$ 41.367,40	R\$ 41.367,40

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados do(a) termo de aceite definitivo emitido pela contratante, *na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021*.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 41.367,40 (quarenta e um mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, conforme custo unitário do serviço global apostado na tabela acima e detalhado no Anexo III;

1.5. **Devem ser observados, principalmente, os itens 02, 03, 04, 07 e 09 deste artefato** que detalham sobre a necessidade, os requisitos e o serviço com um todo - critérios intrínsecos de execução do objeto.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’, DA LEI Nº 14.133/2021).**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e, principalmente e mais detalhada, nos **Anexos de I a IV** deste

**artefato;****2.2. Necessidades tecnológicas e normativas:**

- 2.2.1. Cabeamento UTP, tipo cat.6, totalmente compatível com segmento de Gigabit Ethernet;
- 2.2.2. Conectores RJ-45, tipo cat.6, totalmente compatível com segmento de Gigabit Ethernet;
- 2.2.3. Cabeamento UTP alinhado às normas ANSI/TIA-568-C.2 categoria 6, NBR 14703, NBR 14705, ISO/IEC 11801 e IEC 60332;
- 2.2.4. Interconexão de cada ponto de CFTV ao equipamento de imagem(DVR);
- 2.2.5. Instalação da infraestrutura de encaminhamento do cabeamento e procedimentos de instalação assistidos pela contratante;
- 2.2.6. Garantia: 12 meses

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C', E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e, principalmente e mais detalhada, nos **Anexos de I a IV deste artefato**;
- 3.2. A Solução deve prover a **instalação de toda a infraestrutura para encaminhamento do novo cabeamento de CFTV até a SALA TÉCNICA** da Delegacia em Caxias, conforme **Anexos I e II**;
- 3.3. A Solução **contempla a passagem do cabeamento UTP pela infraestrutura até a SALA TÉCNICA** da Delegacia em Caxias, conforme ANEXO I e II;
- 3.4. A execução da solução leva em conta que o **encaminhamento do cabeamento UTP se dará, individualmente, para cada ponto de câmera**, passando pela infraestrutura interna/externa, percorrendo as eletrocalhas do prédio, até descida/chegada na SALA TÉCNICA, da Delegacia em Caxias, conforme ANEXO I e II;
- 3.5. A execução da solução só será dada como completada quando a interconexão entre cada de ponto de CFTV e o equipamento de gerência(DVR) estiver totalmente conectada, identificada e em pleno funcionamento;
- 3.6. Todos os materiais, serviços, insumos e componentes para aplicação da Solução estão descritos no Anexo III;
- 3.7. A quantidade de pontos internos e externos está detalhada tanto no Anexo I quanto no Anexo III deste Termo;
- 3.8. A Solução deve se ater às **leis e normas vigentes para execução do serviço, bem como instruções e regras técnicas definidas nos Anexos IV**;
- 3.9. **O Suporte Técnico para reparo da solução deve ser presencial**, durante a vigência contratual;
- 3.10. Não haverá parcelamento da aquisição, pois a metodologia poderia afetar as regras negociais na fase de execução. Além disso, o desmembramento do objeto não é viável para esse tipo de **serviço de baixíssimo custo e de aplicação singular**.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D', DA LEI Nº 14.133/21)**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.1.1. Prevenção e gestão dos resíduos ocorridos durante a execução do serviço;
  - 4.1.2. Destinação dos resíduos recolhidos aos pontos de tratamento específicos, sob a supervisão da contratante ou comprovação da contratada.
- 4.2. Requisitos relacionados à forma de execução, segurança do trabalho e demais parâmetros a serem observados estão contidos no Anexo IV;
- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.4.1. O serviço por ser de baixa complexidade, não afetará a continuidade das atividades da contratante;

4.4.2. Os materiais a serem utilizados não necessitam de aquisições fora da região ou, muito menos, importação, tendo em vista que são itens de venda comum no mercado local.

## 5. **VISTORIA**

5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas;

5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4. O agendamento da vistoria pode se feito através dos e-mails: *gab.cxa.ma@pf.gov.br* ou *nti.sрма@pf.gov.br*; ou através do telefone: (99) 3422-6523 / 3422-6511 / (99) 3422-6500 (Núcleo Administrativo da Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA);

5.5. Após realizar a vistoria *in loco*, o servidor responsável por acompanhar o representante da empresa emitirá um documento para registrar a visitação;

5.6. **A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.**

## 6. **MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021).**

6.1. **O prazo de entrega do objeto será de 15(quinze) dias**, decorridos do dia de início da execução;

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Rua do Parnaso, 676 - bairro Ponte, Caxias-MA, CEP 65609-620, (99)3422-6500** - (<https://goo.gl/maps/HSpAxxnrGu9ogQxEq5>);

6.3. A execução contratual observará a entrega e as rotinas de implementação dos materiais e serviços descritos no Anexo III;

## 7. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características formalizadas nos apensos desse termo de referência:

7.2. **Anexo I** : detalha sobre o posicionamento das câmeras de CFTV na parte interna e externa da delegacia; o documento também possui planta-baixa com as medições, em metros, da localidade, bem como informa o ponto central para onde o cabeamento deve ser destinado - SALA TÉCNICA;

7.3. **Anexo II**: para efeitos de ampla participação dos licitantes, até mesmo daqueles que não puderem vistoriar o local de execução, o documento contém detalhes sobre a localidade: fotos do ambiente externo, aérea, características sobre o terreno e muros adjacentes e a planta de localização das eletrocalhas do prédio;

7.4. **Anexo III**: detalha os materiais e serviços para o objeto.

7.5. **Anexo IV**: diretrizes e definições sobre a execução;

7.6. **Anexo V**: detalha, além de outros temas, a qualificação técnica para a execução do objeto.

## 8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/21)**

### 8.1. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.1.10. **Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).**

8.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 8.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

8.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará *o o disposto neste item*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- 8.2.2. a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.2.3. b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.2.4. A utilização do deste disposto não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.2.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 8.2.5.1. mensuração do resultado: utilização correta dos materiais, ausência de desperdício, aplicação e organização da infraestrutura, funcionamento final da solução;
- 8.2.5.2. critérios de qualidade para a execução contratual: aspectos relacionados à qualidade do serviço, organização dos elementos de encaminhamento, qualidade do material utilizado, limpeza do ambiente, descarte sustentável do material inutilizado(*sobras/cortes*);
- 8.2.5.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa: objeto entregue em até 15(quinze) dias do início da execução, com a padronização e qualidade do serviço com um todo.

### 8.3. DO RECEBIMENTO

- 8.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05(cinco) dias, contado da informação sobre a entrega do objeto, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.3.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 8.3.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.3.4. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.3.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.3.6. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 8.3.7. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.3.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03(três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 8.3.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,

indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.3.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base neste disposto sobre a medição de resultado.

8.3.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9. *FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº 14.133/2021)***

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item;

9.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.4.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.4.2.1. Execução de projetos de infraestrutura de CFTV com passagem de cabeamento UTP, cat.6; e/ou

9.4.2.2. Execução de projetos de infraestrutura de rede lógica com passagem de cabeamento UTP;

9.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

9.7. **O licitante também deverá incluir, juntamente com sua proposta, a declaração de dispensa de vistoria, conforme modelo do Anexo VI, caso decline da faculdade de vistoriar o local da execução.**

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 1/200388;

10.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;

10.2.3. Programa de Trabalho: 172371;

10.2.4. Elemento de Despesa: 339039;

10.2.5. Plano Interno: PF99900AG23;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**11. RELAÇÃO DE ANEXOS**

- 11.1. Anexo I - Projeto executivo;
- 11.2. Anexo II - Detalhes sobre a localização e o terreno da DPF/CXA/MA;
- 11.3. Anexo III - Lista de Materiais e Serviços;
- 11.4. Anexo IV - Caderno de encargos e especific. técnica;
- 11.5. Anexo V - Termo de Justificativa Téc. Relevante;
- 11.6. Anexo VI - Modelo de declaração de dispensa de vistoria;
- 11.7. Anexo VII - Cronograma físico financeiro;
- 11.8. Anexo VIII - Modelo de Planilha para preenchimento;

*São Luís/MA, na data da assinatura eletrônica.*

<b>RONALD LIMA DOS REIS</b> Chefe do NTI/SR/PF/MA Integrante Técnico	<b>HELANO MEDEIROS LIMA</b> Chefe da DPF/CXA/MA Integrante Requisitante	<b>IVAN SILVA LIMA</b> Chefe do NAD/DPF/CXA/MA Integrante Administrativo
--	---	--

**12. APROVAÇÃO**

- 12.1. Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos, em razão da oportunidade e conveniência da contratação, por se mostrar adequado ao atendimento das necessidades da DPF/CXA/MA, nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/21;
- 12.2. Encaminhe-se ao SELOG/SR/PF/MA para providências decorrentes.

**SANDRO ROGERIO JANSEN CASTRO**  
Superintendente Regional  
SR/PF/MA



Documento assinado eletronicamente por **IVAN SILVA LIMA, Agente Administrativo(a)**, em 10/03/2023, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO ROGERIO JANSEN CASTRO, Superintendente Regional**, em 10/03/2023, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELANO MEDEIROS LIMA, Chefe de Delegacia**, em 11/03/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALD LIMA DOS REIS, Chefe de Núcleo**, em 10/03/2023, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **27718466** e o código CRC **09055DC0**.

---

Referência: Processo nº 08086.000142/2022-08

SEI nº 27718466